

Liderança Capitalização S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

A Empresa encerrou o primeiro semestre de 2016 com ativos totais no montante de R\$ 936.063 mil (R\$ 925.520 mil em 31 de dezembro de 2015), receita bruta de R\$ 185.619 mil (R\$ 194.129 mil em 30 de junho de 2015) e lucro líquido de R\$ 22.421 mil (R\$ 14.796 mil em 30 de junho de 2015).

Operações de Capitalização

Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança.

Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidas por aplicações financeiras e imóveis próprios, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
1 - Provisões técnicas	<u>546.257</u>	<u>551.605</u>
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	589.619	580.621
3 - Imóveis	684	6.000
4 - Excesso de cobertura (3+2-1)	<u>44.046</u>	<u>35.016</u>
5 - Aplicações financeiras livres	22.204	10.919
6 - Aplicações financeiras totais (2+5)	<u>611.823</u>	<u>591.540</u>

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, foram pagos, aos acionistas, o montante de R\$ 1.089 mil de dividendos e o montante bruto de R\$ 11.765 de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 1.765 de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido a pagar de R\$ 10.000, antecipados, conforme estabelecido no estatuto social.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

Seguindo o modelo estratégico de sucesso iniciado em 2015 conseguimos evoluir em nível de redes sociais, investindo de forma planejada. Além das plataformas voltadas ao público jovem, bem como *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, reativamos o nosso canal *Twitter* e passamos a interagir em tempo real com os nossos potenciais consumidores, por meio da ferramenta *Periscope*, que transmite ao vivo qualquer conteúdo, geralmente focado nos artistas das campanhas.

Além de disponibilizar esses canais de interação e engajamento com o público jovem, temos o cuidado de manter uma relação fiel e construtiva com o nosso público de maior idade. Estamos repaginando o nosso *site* para que fique mais inteligível a este público e, em nossas campanhas, enfatizamos sempre a característica do nosso produto, que é levar entretenimento e prêmios a todos os públicos, desde os mais jovens aos mais experientes.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas, havendo alteração da composição acionária, sem mudança do controle acionário direto ou indireto.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 01 de setembro de 2016.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa.



Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Valores a receber de Controlador

Chamamos a atenção para a informação contida na Nota Explicativa nº 22-e, referente ao valor a receber do controlador da Empresa, originado da alienação da participação no Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do referido valor, prevista contratualmente para ocorrer em 31 de agosto de 2020, está condicionada à geração de caixa futuro por parte do controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 01 de setembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		651.714	646.435	Circulante		580.567	575.422
Disponível		169	98	Contas a pagar		30.710	18.359
Caixa e bancos	4	169	98	Obrigações a pagar	15	23.194	12.510
Aplicações	5	611.823	591.540	Impostos e encargos sociais a recolher		3.380	3.164
Créditos das operações de capitalização		25.951	37.435	Encargos trabalhistas		2.772	2.241
Créditos das operações de capitalização	6	25.951	37.435	Impostos e contribuições		1.185	196
Títulos e créditos a receber		9.412	13.066	Outras contas a pagar		179	248
Títulos e créditos a receber	7	5.694	9.987	Débitos de operações com capitalização	16	3.597	5.455
Créditos tributários e previdenciários	8	2.598	2.741	Débitos operacionais		3.597	5.455
Outros créditos	9	1.120	338	Depósitos de terceiros		3	3
Despesas antecipadas	10	4.359	4.296	Provisões técnicas - Capitalização	17	546.257	551.605
Ativo não circulante		284.349	279.085	Provisão para resgates		502.919	501.982
Realizável a longo prazo		204.581	199.067	Provisão para sorteio		23.695	27.931
Títulos e créditos a receber		113.546	116.921	Provisão administrativa		19.643	21.692
Créditos tributários e previdenciários	8	79.636	85.346	Passivo não circulante		33.357	37.722
Depósitos judiciais e fiscais	18	33.908	31.173	Contas a pagar		181	19
Outros créditos operacionais	11	2	402	Tributos diferidos		181	19
Outros valores e bens	12	91.035	82.146	Outros débitos		33.176	32.387
Investimentos	13	71.590	71.744	Provisões judiciais	18	33.176	32.387
Participações societárias		3.033	3.180	Débitos diversos	18-e	-	5.316
Imóveis destinados à renda		68.557	68.557	Patrimônio líquido	19	322.139	312.376
Outros investimentos		-	7	Capital social		273.323	273.323
Imobilizado	14	7.540	7.640	Reservas de capital		557	557
Imóveis de uso próprio		5.798	5.798	Reservas de lucros		37.383	38.472
Bens móveis		968	1.051	Ajustes com títulos e valores mobiliários		220	24
Outras imobilizações		774	791	Lucros acumulados		10.656	-
Intangível	14	638	634				
Outros intangíveis		638	634				
		936.063	925.520			936.063	925.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Receita líquida com títulos de capitalização		92.023	96.474
Arrecadação com títulos de capitalização		185.619	194.129
Variação da provisão para resgate		(93.596)	(97.655)
Variação das provisões técnicas	17	2.049	(188)
Resultado com sorteios	20-a	(9.325)	(11.652)
Custos de aquisição	20-b	(85.089)	(82.156)
Outras receitas e despesas operacionais	20-c	17.668	12.606
Outras receitas operacionais		18.005	12.837
Outras despesas operacionais		(337)	(231)
Despesas administrativas		(29.469)	(22.499)
Pessoal próprio		(13.143)	(12.145)
Serviços de terceiros		(12.388)	(5.605)
Localização e funcionamento		(2.876)	(2.575)
Publicidade e propaganda		(25)	(27)
Publicações		(140)	(164)
Donativos e contribuições		(16)	(14)
Despesas administrativas diversas	20-d	(881)	(1.969)
Despesas com tributos	20-e	(5.801)	(5.371)
Resultado financeiro		40.749	34.072
Receitas financeiras	20-f	48.064	39.495
Despesas financeiras	20-g	(7.315)	(5.423)
Resultado patrimonial		1.388	1.320
Receitas com imóveis de renda		1.374	1.223
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		19	22
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		(5)	(8)
Receitas com outros investimentos		-	83
Resultado operacional		24.193	22.606
Ganhos e perdas com ativos não correntes	20-h	8.715	281
Resultado antes de impostos e participações		32.908	22.887
Imposto de renda	21	(5.962)	(5.013)
Contribuição social	21	(4.525)	(3.078)
Lucro líquido do semestre		22.421	14.796
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		72,60	47,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Lucro líquido do semestre		<u>22.421</u>	<u>14.796</u>
Resultados abrangentes		220	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		401	-
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes		<u>(181)</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>22.641</u></u>	<u><u>14.796</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		De capital	Legal	De lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	273.323	557	16.410	17.189	-	-	307.479
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.796	14.796
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	(2.277)	(2.277)
Dividendos	-	-	-	-	-	(2.277)	(2.277)
Saldos em 30 de junho de 2015	273.323	557	16.410	17.189	-	12.519	319.998
Saldos em 31 de dezembro de 2015	273.323	557	18.391	20.081	24	-	312.376
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	196	-	196
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	22.421	22.421
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	(1.089)	-	(11.765)	(12.854)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(11.765)	(11.765)
Dividendos	-	-	-	(1.089)	-	-	(1.089)
Saldos em 30 de junho de 2016	273.323	557	18.391	18.992	220	10.656	322.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2016	2015
Lucro líquido do semestre	22.421	14.796
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	271	181
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	85	(292)
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	-	(6)
Resultado de equivalência patrimonial	(14)	(14)
Variação das provisões técnicas	100.818	97.843
Outros ajustes	203	1
Lucro líquido ajustado	123.784	112.509
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(20.283)	(29.599)
Créditos das operações de capitalização	11.399	15.707
Créditos fiscais e previdenciários	5.853	11.841
Depósitos judiciais e fiscais	(2.735)	(1.890)
Despesas antecipadas	(63)	427
Outros ativos	(4.817)	(11.676)
Fornecedores	3.045	(8.610)
Impostos e contribuições	3.777	(515)
Outras contas a pagar	(1.552)	(2.973)
Débitos de operações com capitalização	(1.858)	(2.054)
Depósitos de terceiros	-	(1)
Provisões técnicas - capitalização	(106.166)	(73.878)
Provisões judiciais	789	3.896
Outros passivos	(5.316)	322
Caixa gerado nas operações	5.857	13.506
Impostos sobre lucros pagos	(4.337)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.520	13.506
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	-	6
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(79)	(206)
Intangível	(96)	(326)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(175)	(526)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.274)	(11.120)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(1.274)	(11.120)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	71	1.860
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	98	252
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	169	2.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo-SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Composição acionária

	Silvio Santos Participações S.A.		Senor Abravanel		Henrique Abravanel		Total	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	4.467.525.828	97,7702%	101.887.137	2,2298%	4.569.412.965	100,00%
Liderança Capitalização S.A.	308.839	99,9997%	-	-	1	0,0003%	308.840	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração intermediária.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias pela Diretoria foi realizada em 01 de setembro de 2016.

a. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

- **Nota 5** - Aplicações financeiras
- **Nota 6-a** - Créditos das operações de capitalização
- **Nota 8** - Créditos tributários
- **Nota 17** - Provisões técnicas
- **Nota 18** - Provisões judiciais

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e bancos

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica “caixa e bancos”.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os “Créditos das operações com capitalização”, decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros valores e bens

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Quando aplicável, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente (vide Nota Explicativa nº 22-e).

g. Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas.

Imóveis destinados à renda

Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação de pagamento parcial da dívida, conforme Nota Explicativa nº 22-e, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 13.

h. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

	<u>Anos</u>
Bens móveis	5 a 10
Outras imobilizações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, foi cessado o registro da depreciação.

i. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do semestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 (no semestre) para imposto de renda e 20% (15% no 1º semestre de 2015) sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no semestre findo em 30 de junho de 2016, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

k. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

I. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao mês, com prazo de vencimento de um ano.

A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.

- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena”, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “provisões administrativas”.

4 Caixa e bancos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	169	98
Total	<u>169</u>	<u>98</u>

5 Aplicações financeiras

	2016					2015			
	Custo atualizado	Sem vencimento	01 a 90 dias	Acima de 365 dias	Ajuste a valor de mercado	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
I - Valor justo por meio do resultado	54.368	54.368	-	-	-	54.368	8,89%	53.879	9,11%
Fundos de renda fixa abertos	54.368	54.368	-	-	-	54.368		53.879	
II - Disponíveis para venda	552.830	(99)	231.999	320.831	(401)	552.330	90,28%	532.541	90,03%
Fundos exclusivos de títulos públicos	552.830	(99)	231.999	320.831	(401)	552.330		532.541	
LFT - Letras financeiras do tesouro	320.831	-	-	320.831	(401)	320.430		300.647	
Operações compromissadas (*)	231.999	-	231.999	-	-	231.999		231.983	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(99)	-	-	-	(99)		(89)	
III - Mantidos até o vencimento	5.125	-	5.125	-	-	5.125	-	5.120	0,87%
CDB - Certificados de depósitos bancários	5.125	-	5.125	-	-	5.125		5.120	
Total	612.323	54.269	237.124	320.831	(401)	611.823	100,00%	591.540	100,00%

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Alocação por Administrador/Instituição Financeira

Fundos de renda fixa abertos	2016	2015
Caixa Econômica Federal	54.368	53.879
	54.368	53.879
Fundos exclusivos de títulos públicos	2016	2015
Caixa Econômica Federal	175.261	162.540
Banco Bradesco S.A.	377.069	370.001
	552.330	532.541
CDB - Certificados de depósitos bancários (*)	2016	2015
Caixa Econômica Federal	5.125	5.120
	5.125	5.120

(*) A taxa de juros contratada para CDB - Certificados de depósitos bancários é equivalente a 100,5% do CDI.

Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

	Saldos em 2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2016
Fundos de renda fixa abertos	53.879	-	(2.995)	3.485	-	54.369
Fundos exclusivos de títulos públicos	532.541	53.924	(68.212)	33.718	358	552.329
CDB - Certificados de depósitos bancários	5.120	10.000	(10.327)	332	-	5.125
Total	591.540	63.924	(81.534)	37.535	358	611.823

	Saldos em 2014	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2015
Fundos de renda fixa abertos	48.670	-	(1.000)	2.795	-	50.465
Fundos exclusivos de títulos públicos	476.850	59.452	(59.142)	27.494	-	504.654
Total	525.520	59.452	(60.142)	30.289	-	555.119

Rentabilidade da carteira

Em 30 de junho de 2016, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa totalizou R\$ 37.535 e R\$ 358 de ajuste a valor de mercado, (R\$ 30.289 em 2015). Essa rentabilidade representa 97,23% (98,31% em 2015) do CDI que foi de 6,72%, acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2016 (5,92% em 2015).

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas

	2016	2015
Ativos garantidores vinculadas à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	584.494	575.501
Certificados de depósitos bancários	5.125	5.120
Imóveis	684	6.000
Total vinculado	590.303	586.621
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	22.204	10.919
Total de aplicações livres	22.204	10.919
Total	612.507	597.540
Provisões técnicas (Nota 17)	546.257	551.605
Aplicações financeiras - Recursos livres	66.250	45.935
Excesso de cobertura	44.045	35.016
Aplicações financeiras livres	22.204	10.919

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo financeiro						
Valor justo por meio do resultado	-	54.368	54.368	-	53.879	53.879
Disponíveis para venda	552.330	-	552.330	532.541	-	532.541
Mantidos até o vencimento	-	5.125	5.125	-	5.120	5.120
Total	552.330	59.493	611.823	532.541	58.999	591.540

6 Créditos das operações de capitalização

a. Créditos a receber de distribuidores por vencimento

	2016	2015
A vencer		
De 1 a 60 dias	23.558	33.633
Vencidos		
De 1 a 60 dias	704	8
Acima de 60 dias	85	1
(-) Provisão para perdas	(85)	(1)
	24.262	33.641
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	1.535	3.442
Prêmios - pagamentos em trânsito	179	172
Resgates a confirmar	265	180
Permuta de títulos de capitalização	(290)	-
	1.689	3.794
	25.951	37.435

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	2016	2015
Saldos no início do semestre	37.435	40.699
Arrecadação com títulos de capitalização	185.619	194.129
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	(192)	(117)
Eventos diversos	(81)	(771)
Recebimentos	(196.745)	(208.948)
Provisão para perdas	(85)	292
Saldos no final do semestre	25.951	25.284

7 Títulos e créditos a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos de capitalização a receber	7.298	7.314
Antecipações de resgates	5.280	9.742
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.281)	(7.281)
Aluguéis a receber	229	202
Outras	168	10
	<u>5.694</u>	<u>9.987</u>

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	1.501	2.051
Créditos de contribuição social a compensar	1.097	690
	<u>2.598</u>	<u>2.741</u>
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	10.680	12.867
Contribuição social	7.216	8.659
	<u>17.896</u>	<u>21.526</u>
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	37.365	38.520
Contribuição social	24.375	25.300
	<u>61.740</u>	<u>63.820</u>
	<u>79.636</u>	<u>85.346</u>

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Nota 22-e). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2016			2015		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
PIS	6.300	1.575	945	6.174	1.544	926
Processos cíveis	9.518	2.379	1.428	8.948	2.237	1.342
Processos trabalhistas	3.055	764	550	4.754	1.189	856
AVP - Ajuste a valor presente	23.848	5.962	4.293	26.322	6.580	4.738
Provisão de honorários de êxito (Nota 18-e)	-	-	-	5.144	1.286	772
Outras	-	-	-	126	31	25
	42.721	10.680	7.216	51.468	12.867	8.659

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 149.459 (R\$ 154.082 em 31 de dezembro de 2015) e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 61.740 (R\$ 63.820 em 31 de dezembro de 2015). A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representado, conforme quadro a seguir:

Período	Projetado			
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%
2016	11.276	2.820	2.255	7,55%
2017	12.008	3.002	2.402	8,03%
2018	15.839	3.960	3.168	10,60%
2019	15.249	3.812	2.287	10,20%
2020	15.893	3.973	2.384	10,63%
2021	16.866	4.216	2.530	11,28%
2022	18.221	4.555	2.733	12,19%
2023	23.636	5.909	3.545	15,81%
2024	20.471	5.118	3.071	13,71%
Total	149.459	37.365	24.375	100,00%

Os valores realizados até o semestre findo em 30 de junho de 2016 totalizaram R\$ 19.168, os quais, comparados aos valores projetados, representam seus respectivos 94,34% conforme apresentado abaixo:

Período	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social		%
	Projetado	Realizado	
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	8.294	4.623	55,74%
Total	20.317	19.169	94,35%

9 Outros créditos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos a funcionários	632	221
Adiantamentos a fornecedores	33	96
Outros adiantamentos	455	21
	<u>1.120</u>	<u>338</u>

10 Despesas antecipadas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestação de serviços a apropriar	2.181	1.989
Outras	2.178	2.307
	<u>4.359</u>	<u>4.296</u>

11 Outros créditos operacionais - não circulante

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	400
Outros	2	2
	<u>2</u>	<u>402</u>

12 Outros valores e bens

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Alienação de investimentos:		
Banco Panamericano S.A. (Nota 22-e)	91.035	82.146
	<u>91.035</u>	<u>82.146</u>

13 Investimentos

	RBV Residencial				Total 2016	Total 2015
	Lider Art's Comunicação Ltda.	Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados a renda. Outros			
Total de ativos	162	30.752				
Total de passivos	(162)	(9.246)				
Capital social	-	25.030				
Patrimônio líquido	-	21.507				
Número de quotas possuídas	99.000	3.530.220				
Participação societária	99,00%	14,10%				
Saldo dos investimentos no início do semestre	147	3.033	68.557	7	71.744	71.598
Resultado de equivalência patrimonial	14	-	-	-	14	14
Baixa de investimentos	(161)	-	-	(7)	(168)	-
Saldo dos investimentos no final do semestre	-	3.033	68.557	-	71.590	71.612

Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota Explicativa 22-e, um imóvel avaliado em R\$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento.

Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R\$ 957 no semestre findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 871 em 2015).

Em linha com o CPC nº 28, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 4 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara, 160 - RJ, destinadas à locação.

Em 30 de junho de 2016, os sócios da investida Lider Art's Comunicação Ltda., decidiram por encerrar as atividades da empresa, conforme Distrato Social de Sociedade Empresária Limitada, assinado na mesma data. Os valores apurados no balanço de encerramento foram pagos aos sócios em 4 de julho de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Sócio

Liderança Capitalização S/A	161
Silvio Santos Participações S/A	1
Total	162

14 Imobilizado e intangível

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	Totais	
					2016	2015
Saldo no início do semestre						
Custo	17.960	6.399	1.053	1.303	26.715	25.613
(-) Depreciação acumulada	(12.162)	(5.348)	(262)	(669)	(18.441)	(18.245)
Saldo contábil líquido	5.798	1.051	791	634	8.274	7.368
Aquisições	-	75	4	96	175	532
Baixas/transferências	-	-	-	-	-	(1)
(-) Depreciação	-	(158)	(21)	(92)	(271)	(181)
Saldo contábil líquido no final do semestre	5.798	968	774	638	8.178	7.718
		10% a		20% a		
Taxas anuais de depreciação	4%	20%	4%	33,33%		

- (a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.
- (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, linhas telefônicas, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para Empresa.

15 Obrigações a pagar

	2016	2015
Fornecedores	11.716	8.680
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 19-b)	11.089	1.274
Outras	389	2.556
	23.194	12.510

16 Débitos de operações com capitalização

	2016	2015
Comissões sobre venda de títulos	3.597	5.444
Outras	-	11
	3.597	5.455

17 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos semestres findos em 30 de junho foram:

	Provisão					2016	2015
	Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para sorteios a pagar	Para despesas administrativas		
Saldos no início do semestre	209.417	292.565	3.177	24.754	21.692	551.605	495.100
Constituições	147.000	-	18.904	3.578	1.234	170.716	149.493
Reativações	-	786	-	5	-	791	750
Cancelamentos	(54.190)	-	(4.885)	(1.943)	-	(61.018)	(39.871)
Atualização monetária e juros	2.703	3.051	-	156	-	5.910	4.021
Pagamentos de resgates e sorteios	-	(81.286)	-	(12.689)	-	(93.975)	(76.955)
Prescrições	-	(17.003)	-	(974)	-	(17.977)	(12.513)
Reversões	-	(124)	(1.560)	(4.828)	(3.283)	(9.795)	(960)
Transferências	(101.070)	101.070	(13.562)	13.562	-	-	-
Saldos no final do semestre	203.860	299.059	2.074	21.621	19.643	546.257	519.065

18 Provisões judiciais

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2016
PIS (a)	6.543	-	-	125	6.668	-	-	-	-	-
COFINS (a)	-	-	-	-	-	7.721	-	-	258	7.979
Contribuição social (b)	12.142	1.187	-	606	13.935	20.977	1.629	-	1.068	23.674
Trabalhista (c)	4.754	-	(1.877)	178	3.055	608	4	(133)	(1)	478
Cíveis (d)	8.948	161	(87)	496	9.518	1.867	82	(216)	44	1.777
Total	32.387	1.348	(1.964)	1.405	33.176	31.173	1.715	(349)	1.369	33.908

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2015
PIS (a)	6.307	-	-	109	6.416	-	-	-	-	-
COFINS (a)	-	-	-	-	-	7.162	17	-	224	7.403
Contribuição social (b)	8.932	1.048	-	421	10.401	16.303	965	-	732	18.000
Trabalhista (c)	4.780	1.411	(171)	249	6.269	677	7	(20)	37	701
Cíveis (d)	7.775	416	(97)	510	8.604	581	-	(70)	(2)	509
Total	27.794	2.875	(268)	1.289	31.690	24.723	989	(90)	991	26.613

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2016				2015			
	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais (*)	-	20.603	-	20.603	-	16.817	-	16.817
Trabalhistas	3.055	87.200	-	90.255	6.269	75.916	-	82.185
Cíveis	9.518	11.243	20.600	41.361	8.604	13.902	14.351	36.857
Total	12.573	119.046	20.600	152.219	14.873	106.635	14.351	135.859

(*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais.

a. PIS

A Empresa ingressou com Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, processo nº 98.0040015-0 (nº novo 0040015-93.1998.4.03.6100), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível.

b. Contribuição social

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramita na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

c. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica “Provisões judiciais” classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

d. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização “Tele Sena” é uma forma de loteria, vinha autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor atualizado destas autuações, até 29 de fevereiro de 2016, montava R\$ 104.514 (R\$ 102.395 em 31 de dezembro de 2015). A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreendia o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Como foi previsto pelos advogados, o recurso extraordinário movido pelo Município do Rio de Janeiro perante o Supremo Tribunal Federal

não foi acatado, tendo transitado em julgado a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que julgou procedente o mandado de segurança, anulando a autuação fiscal e encerrando a pendência relativa a cobrança do ISS no Município do Rio de Janeiro. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração. Com a extinção do processo, foram pagos honorários de êxito no montante de R\$ 5.271 (provisão de R\$ 5.144 em 31 de dezembro de 2015).

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323.

b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, foram disponibilizados aos acionistas, o montante de R\$ 1.089 (R\$ 2.277 em 30 de junho de 2015) de dividendos do exercício de 2015 e o montante bruto de R\$ 11.765 de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 1.765 de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido a pagar de R\$ 10.000, antecipadamente, conforme estabelecido no estatuto social.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados e classificados de acordo com a Circular SUSEP 517/15 e suas alterações, observadas as normas de regência do imposto de renda, e reduziram a despesa de imposto de renda e da contribuição social em aproximadamente R\$ 3.600.

Em reunião de Diretoria, realizada em 30 de junho de 2016, foi homologada a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, bem como sua utilização. A ratificação da distribuição destes dividendos e juros sobre o capital próprio será realizada em Assembleia Geral Ordinária no exercício em que as Demonstrações Financeiras forem aprovadas.

c. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Resultado com sorteios

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Varição da provisão para sorteios:		
Constituições	(22.482)	(16.304)
Reativações	(5)	(159)
Cancelamentos	6.828	3.935
Reversões	6.388	932
Despesas com títulos sorteados	(54)	(56)
	<u>(9.325)</u>	<u>(11.652)</u>

b. Custos de aquisição

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Corretagem	(33.581)	(32.325)
Despesas de vendas	(8.953)	(8.163)
Publicidade e propaganda	(42.555)	(41.668)
	<u>(85.089)</u>	<u>(82.156)</u>

c. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas com prescrição de exigibilidades (Nota 17)	17.977	12.513
Outras receitas com operação de capitalização	28	324
Perdas na recuperação de créditos	(85)	(22)
Furtos de Tele Senas	(141)	(73)
Outras despesas	(111)	(136)
	<u>17.668</u>	<u>12.606</u>

d. Despesas Administrativas diversas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Condenações judiciais	(436)	(152)
Provisão de contingências judiciais:		
Outros processos administrativos	(161)	(1.559)
Multas e infrações:		
Outras	(89)	(102)
Despesas não detutíveis	(167)	(145)
Despesas diversas	(28)	(11)
	<u>(881)</u>	<u>(1.969)</u>

e. Despesas com tributos

	2016	2015
COFINS	(4.515)	(4.245)
PIS	(734)	(690)
Outros	(552)	(436)
	(5.801)	(5.371)

f. Receitas financeiras

	2016	2015
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	3.485	2.795
Disponíveis para venda	33.718	27.494
Mantidos até o vencimento	332	-
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente (Nota 22-e)	6.415	5.428
Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste a valor presente (Nota 22-e)	2.474	2.231
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 18)	1.369	991
Outras	271	556
	48.064	39.495

g. Despesas financeiras

	2016	2015
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 17)	(5.910)	(4.021)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 18)	(1.405)	(1.289)
Outras	-	(113)
	(7.315)	(5.423)

h. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2016	2015
Reversão de provisões judiciais fiscais (Nota 18-e)	5.271	-
Reversão de provisões judiciais trabalhistas	87	-
Reversão de provisões judiciais cíveis	1.877	-
Reversão de provisões operacionais	1.010	-
Outros ganhos/(perdas)	470	281
	8.715	281

21 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho, estão assim demonstrados:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações	32.908	32.908	22.887	22.887
(-) Juros sobre o capital próprio	11.765	11.765	-	-
Lucro base	44.673	44.673	22.887	22.887
Adições	3.865	3.865	4.323	4.323
Equivalência patrimonial (Nota 13)	5	5	8	8
Provisão para contingências	1.651	1.651	3.170	3.170
Multas inadotáveis	27	27	-	-
Outras	2.182	2.182	1.145	1.145
Exclusões	(9.600)	(9.600)	(2.253)	(2.253)
Equivalência patrimonial (Nota 13)	(19)	(19)	(22)	(22)
Reversão de provisão para contingências	(7.107)	(7.107)	-	-
AVP - Ajuste a valor presente (Nota 20-f)	(2.474)	(2.474)	(2.231)	(2.231)
Lucro fiscal antes das compensações	38.938	38.938	24.957	24.957
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(4.623)	(4.623)	(7.487)	(7.487)
Base de cálculo	34.315	34.315	17.470	17.470
Tributos correntes (IR/CS)	(2.684)	(2.158)	(4.355)	(2.620)
Incentivos fiscais dedução	65	-	104	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.156)	(924)	-	-
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(2.187)	(1.443)	(762)	(458)
Total de tributos	(5.962)	(4.525)	(5.013)	(3.078)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	18,12%	13,75%	21,90%	13,45%

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, produziu um efeito desfavorável de R\$ 1.207 no resultado, conforme demonstrado abaixo:

Créditos tributários

Sobre diferenças temporárias (437)

Sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (231)

Tributos correntes

Contribuição social (539)

(1.207)

22 Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i)	(1.979)	(1.745)	(11.504)	(11.762)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i)	-	-	-	(48)
Imagem e voz (a-ii)	(4.041)	(4.778)	(20.474)	(21.414)
Custos de aquisição	(6.020)	(6.523)	(31.978)	(33.224)
Serviços compartilhados (b)	-	(48)	(389)	(340)
Despesas com serviços de terceiros	-	(48)	(389)	(340)
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	166	145	957	871
Perícia Adm. e Corr. Seg. e Prev. Priv. S.C. Ltda.	-	-	-	3
Promolider Promotora de Vendas Ltda.	-	-	-	7
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	2	12	11
Lider Art's Comunicação Ltda.	-	-	-	7
SISAN Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7	7	45	42
Receitas/(despesas) de aluguel (c)	175	154	1.014	941
BF Utilidades Domésticas Ltda. - Outros créditos	2	2	-	-
Outros créditos a receber - Não circulante	2	2	-	-
Silvio Santos Participações S.A.	91.035	82.146	8.889	7.659
Outros valores e bens (e)	91.035	82.146	8.889	7.659
Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 15)	(10.000)	-	-	-
Dividendos a receber (Nota 13)	161	3	-	-
Dividendos a pagar (Nota 15)	(1.089)	(1.274)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(10.928)	(1.271)	-	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(173)	(193)	-	-
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(6)	-	-
Outras contas a pagar	(179)	(199)	-	-

- a. Custos de aquisição:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- (i)** Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
 - (ii)** Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.

- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas/(despesas) de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".
- d. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 175 (R\$ 163 em 31 de dezembro de 2015).
- e. Outras informações:** Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O ajuste a valor presente foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 13).

Em 31 de agosto de 2014, a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R\$ 119.424; em 24 de setembro de 2014, amortizou parte da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 13.000, em 30 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados dos exercícios de 2014 e 2015, no montante de R\$ 52.000 e R\$ 23.200, respectivamente. Ainda em 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de juros sobre o capital próprio antecipados do exercício de 2015 no montante líquido de R\$ 6.800.

O saldo remanescente com vencimento para liquidação em 31 de agosto de 2020 está atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função destas amortizações a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir das datas de cada amortização. O saldo atualizado e ajustado a valor presente totaliza R\$ 91.035 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 82.146 em 31 de dezembro de 2015).

Estes registros encontram-se classificados à rubrica “Outros valores e bens” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do semestre	82.146	96.424
Atualização monetária e AVP (Nota 20-f)	8.889	7.659
Saldo no final do semestre	91.035	104.083

23 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2016, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 340 (R\$ 326 em 30 de junho de 2015).

24 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- (1) **Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- (2) **Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Silvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- (3) **Comitê de tecnologia da informação**, compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Silvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude.

Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de denúncias ou ao departamento de Recursos Humanos.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais e determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Controles internos

A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Gestão de Risco e *Compliance*, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação dos Controles Internos.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Gestão de Risco e *Compliance* da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. Contém também informações detalhadas sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias.

e. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

f. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão.

g. Riscos operacionais

A empresa está implementando os critérios para a constituição de Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional.

h. Risco de crédito

A empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

i. Risco de mercado

No âmbito da gestão de risco de mercado, a empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa. Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	2016				2015			
	Carteira	CDI	% CDI	Var Diário*	Carteira	CDI	% CDI	Var Diário*
jan	1,0361%	1,0549%	98,22%	0,0005%	0,9148%	0,9293%	98,44%	0,0022%
fev	0,9695%	1,0015%	96,81%	0,0009%	0,8065%	0,8185%	98,53%	0,0028%
mar	1,1073%	1,1605%	95,42%	0,0018%	1,0188%	1,0361%	98,33%	0,0035%
abr	1,0254%	1,0545%	97,24%	0,0019%	0,9322%	0,9483%	98,30%	0,0034%
mai	1,0833%	1,1075%	97,82%	0,0019%	0,9676%	0,9838%	98,35%	0,0034%
jun	1,1415%	1,1605%	98,36%	0,0019%	1,0464%	1,0658%	98,18%	0,0037%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 62, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco Janelas	2016				2015			
	Mensal (21 du)	Trimestral (62 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)	Mensal (21 du)	Trimestral (62 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)
VAR 95% de confiança	0,0005%	0,0012%	0,0019%	0,0016%	0,0012%	0,0023%	0,0037%	0,0054%
Stress histórico do período	0,0011%	0,0025%	0,0019%	0,0065%	0,0015%	0,0023%	0,0037%	0,0057%
VAR pela % mínima real	0,0016%	0,0033%	0,0049%	0,0049%	0,0021%	0,0021%	0,0023%	0,0024%
Fechamento pela VAR	95,34%	95,15%	95,03%	95,10%	95,25%	95,02%	94,83%	94,74%
Fechamento stress histórico	95,26%	95,00%	95,03%	94,49%	95,21%	95,02%	94,83%	94,58%
Fechamento pela mínima	95,22%	94,92%	94,71%	94,69%	95,15%	95,05%	95,01%	94,98%
VAR em R\$	2.803	7.507	11.869	9.798	6.443	12.691	20.297	29.933
Máxima do período	98,65%	99,08%	103,65%	103,65%	98,37%	98,57%	98,73%	99,07%
Mediana	98,56%	98,54%	98,24%	98,39%	98,36%	98,36%	98,51%	98,52%
Media	98,37%	97,73%	97,35%	97,85%	98,19%	98,30%	98,37%	98,46%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,5% a 95,3% (94,6% a 95,3% em 30 de junho de 2015) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfolio*.

A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado.

A Empresa apurou o montante de R\$ 1.417 (R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2015) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, sendo que a alocação deste montante será realizado 50% entre 31 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2017 e 100% a partir de 31 de dezembro de 2017.

j. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

	2016				2015			
	Liquidez	Vencimento	%		Liquidez	Vencimento	%	
	"Duration"	"Duration"	Crítério	% Crítério	"Duration"	"Duration"	Crítério	% Crítério
Vencimentos	0 dias	902 dias	liquidez	vencimento	0 dias	902 dias	liquidez	vencimento
Sem vencimento	606.698	286.268	99,16%	46,79%	586.420	285.773	99,13%	48,31%
De 1 a 30 dias	5.125	5.125	0,84%	0,84%	5.120	5.120	0,87%	0,87%
Acima de 720 dias	-	320.430	0,00%	52,37%	-	300.647	0,00%	50,82%
Total	611.823	611.823	100,00%	100,00%	591.540	591.540	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias (0,21 ponderado), com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 72 dias (78 dias em 31 de dezembro de 2015).

Liquidez da carteira	2016				2015			
	Provisão	% V	% V		Provisão	% V	% V	
	Carteira	matemática	carteira	reserva	Carteira	matemática	carteira	reserva
Sem vencimento	606.698	322.756	99,16%	59,08%	586.420	320.497	99,13%	58,11%
De 1 a 30 dias	5.125	19.778	0,84%	3,62%	5.120	16.397	0,87%	2,97%
De 31 a 60 dias	-	19.139	0,00%	3,50%	-	16.991	0,00%	3,08%
De 61 a 90 dias	-	18.002	0,00%	3,30%	-	17.501	0,00%	3,17%
De 91 a 180 dias	-	66.564	0,00%	12,19%	-	71.349	0,00%	12,93%
De 181 a 365 dias	-	100.018	0,00%	18,31%	-	108.870	0,00%	19,74%
Total	611.823	546.257	100,00%	100,00%	591.540	551.605	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

Ativo financeiro	2016		2015	
	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público	606.698	AAA	586.420	AAA
Renda fixa privados	5.125	AAA	5.120	AAA
Total	611.823		591.540	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		Total 2016	Total 2015
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	169	-	-	-	-	169	98
Aplicações	54.269	-	-	237.124	320.430	611.823	591.540
Créditos das operações de capitalização	1.689	704	-	23.558	-	25.951	37.435
Títulos e créditos a receber	-	-	-	5.694	-	5.694	9.987
Créditos tributários e previdenciários	17.896	-	-	7.673	56.665	82.234	88.087
Depósitos judiciais e fiscais	33.908	-	-	-	-	33.908	31.173
Outros créditos	-	-	29	1.091	-	1.120	338
Outros créditos operacionais	-	-	2	-	-	2	402
Despesas antecipadas	-	-	-	4.359	-	4.359	4.296
Outros valores e bens	-	-	-	-	91.035	91.035	82.146
Total dos ativos financeiros	107.931	704	31	279.499	468.130	856.295	845.502
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	-	-	-	23.194	-	23.194	12.510
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	3.380	-	3.380	3.164
Encargos trabalhistas	-	-	-	2.772	-	2.772	2.241
Impostos e contribuições	-	-	-	1.185	-	1.185	196
Outras contas a pagar	-	173	6	-	-	179	248
Tributos diferidos	181	-	-	-	-	181	19
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	3.597	-	3.597	5.455
Depósitos de terceiros	3	-	-	-	-	3	3
Provisões técnicas	19.643	115.752	204.931	205.931	-	546.257	551.605
Provisões judiciais	33.176	-	-	-	-	33.176	32.387
Débitos diversos	-	-	-	-	-	-	5.316
Total dos passivos financeiros	53.003	115.925	204.937	240.059	-	613.924	613.144

k. Risco legal

O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da empresa.

I. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Empresa apurou o montante de R\$ 1.417 (R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2015) de capital de risco de mercado, sendo que a alocação deste montante será realizado 50% entre 31 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2017 e 100% a partir de 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na Nota explicativa nº 24-i. Enquanto não exigido o capital adicional pertinente a risco de mercado a Empresa está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional.

	<u>2016</u>		<u>2015</u>
Patrimônio líquido	322.139		312.376
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.033)		(3.180)
Despesas antecipadas	(4.359)		(4.296)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(61.740)		(63.820)
Ativos intangíveis	(638)		(634)
Obras de arte	-		(7)
Créditos oriundos da alienação de ativos	(91.035)		(82.146)
Patrimônio líquido ajustado	161.334		158.293
I - Capital base	10.800		10.800
II - Capital de risco	14.275		14.440
Capital de risco de crédito	7.291		9.369
Capital de risco de subscrição	6.083		3.633
Capital de risco operacional	2.677		2.820
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(1.776)		(1.382)
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	14.275		14.440
Suficiência de capital	147.059		143.853
Índice de liquidez em relação ao CR			
Índice de liquidez requerido	20%	2.855	20%
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5)	309%	44.045	242%
		35.016	

25 Normas emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América

("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas Demonstrações financeiras intermediárias e nas suas divulgações.

* * *

Diretoria

José Maria Corsi
Guilherme Stoliar
Henrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima

Aginaldo de Leonardo
CRC SP-136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA